

A Casa de Dona Yayá: as formas de expor uma construção variada de memórias sociais

Thays Teixeira Guimarães

Orientador: Profa. Dra. Sabrina Studart Fontenele (FAU-USP).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa FAPESP, UNICAMP, mar. 2018.

Este trabalho tem como base a pesquisa de Iniciação Científica (IC) do curso de Arquitetura e Urbanismo para o estudo do Centro de Preservação Cultural "Casa de Dona Yayá", imóvel localizado no Bairro do Bixiga, em São Paulo. O objetivo é discutir o local em diversos aspectos, como: a figura central da antiga moradora da residência, Sebastiana de Mello Freire; as questões de saúde mental e gênero, domesticidade e

patrimônio. Além de todas estas frentes de pesquisa, o artigo inova ao trazer questões atuais que tratam da gestão do CPC-USP, um programa que foi transferido para a casa em 2003 e é herdeiro da Comissão de Patrimônio Cultural criada na década de 1980. O artigo investiga as problemáticas de preservação e intervenção em uma residência com características peculiares e atreladas a questões ainda pouco discutidas.

Palavras-chave: loucura; gênero; domesticidade.

The Casa de Dona Yayá: ways of displaying different constructed social memories

The basis for this article was the introduction to scientific research in Architecture and Urbanism that studies the *Centro de Preservação Cultural "Casa de Dona Yayá"*, situated in the neighborhood of Bixiga, in São Paulo. This article aims to analyze the several aspects of the site such as: the former resident, Sebastiana de Mello Freire, as a central figure, mental health and gender issues, and domesticity and heritage matter. In addition, this research seeks to study current issues concerning the management of CPC-USP, a program that was transferred to the residence in 2003, that was under the *Comissão de Patrimônio Cultural* since the 1980s. This paper investigates the house challenging processes of conservation and intervention in a residence with such peculiar characteristics and linked to questions still not widely discussed.

Keywords: madness; gender; domesticity.

A Casa de Dona Yayá: las formas de exponer una construcción variada de memorias sociales

Este trabajo está basado en una investigación de introducción a la Iniciación Científica del curso de Arquitectura y Urbanismo para el estudio del *Centro de Preservação Cultural "Casa de Dona Yayá"*, ubicado en el barrio de Bixiga, en San Pablo. El objetivo es discutir este sitio en varios aspectos, tales como: la figura central de su antigua residente, Sebastiana de Mello Freire; la salud mental y las cuestiones de género, la domesticidad y el patrimonio. Además, este artículo se dedica al estudio de temas actuales relacionados con la gestión del CPC-USP, un programa que se transfirió a la residencia en 2003 y que es heredero de la *Comissão de Patrimônio Cultural*, creada en los años 1980. Este artículo investiga los procesos desafiantes de conservación e intervención que tuvieron lugar en una residencia con características peculiares y vinculadas a preguntas que todavía no han sido discutidas ampliamente.

Palabras clave: locura; género; domesticidad.

1. INTRODUÇÃO

As narrativas construídas em residências mostram muito dos rituais e dos modos de pensar e viver de seus antigos habitantes. Assim, o objetivo deste artigo é ampliar o debate sobre as diferentes formas de habitar, bem como sobre os processos de conservação e intervenção que ocorreram na Casa de Dona Yayá — o único espaço de circulação da senhora Sebastiana de Mello Freire durante quarenta anos —, em conjunto com uma análise do programa expográfico e dos objetivos do Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP), que instalou sua sede na casa no ano de 2003.

O artigo está dividido em nove partes, que abrangem a antiga residência de Dona Yayá em toda a sua complexidade, relacionada a questões materiais ou imateriais. O objetivo foi realizar uma pesquisa que unisse as principais e mais diversas discussões em torno desse objeto central para, então, apresentá-las de forma que fosse possível uma análise e compreensão do programa atual da casa. E assim possibilitar novas questões sobre a construção da memória, modos de morar e estudos sobre formas de preservação de residências e lugares de memória.

Foram levantados aspectos de conservação e restauro, contexto urbano, domesticidade e questões de gênero e saúde mental, bem como informações sobre a gestão do espaço desde a criação da Comissão de Patrimônio Cultural na Universidade de São Paulo na década de 1980 e, sobretudo, desde sua abertura ao público em 2004. Para isso, foram pesquisadas as produções culturais do órgão gestor, atividades, exposições e intervenções realizadas no local, as políticas de conservação e a relação do imóvel com grupos externos de visitantes e pesquisadores e com o bairro. Foram consultados, sobretudo, os acervos das bibliotecas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) e o site da instituição (o Centro de Preservação Cultural da USP), para o levantamento primordial da história da residência e sua antiga moradora.

O trabalho foi complementado por outras produções científicas com

o objetivo de obter uma visão mais analítica sobre a existência de alguns problemas e potencialidades existentes atualmente na sede do CPC-USP. Também foram realizadas visitas técnicas, que possibilitaram uma melhor aproximação com os dados levantados nos estudos dos referenciais teóricos, e entrevistas com a historiadora Marly Rodrigues e o arquiteto e urbanista Gabriel Fernandes, especialista em laboratório no órgão. Por fim, foi realizada a sistematização das informações e dos resultados obtidos.

2. SEBASTIANA DE MELLO FREIRE

A história de Dona Yayá, como era conhecida Sebastiana de Mello Freire, e de sua residência são bastante peculiares, seja em termos antropológicos, sociológicos, arquitetônicos ou patrimoniais, já que se trata da união de valores históricos da casa, da memória social, de costumes e da conservação de aspectos técnicos. Segundo Maria Cecília França Lourenço (1999), para o observador, na Casa de Dona Yayá morava a loucura, criadora de mitos, como aqueles que marcaram a figura de Sebastiana. O estudo da casa surge como uma provocação sobre o resgate da memória de uma mulher que sobreviveu até os 74 anos de idade enclausurada, após ter sido diagnosticada mentalmente incapaz e apesar de todas as adversidades do contexto social. Yayá faleceu em 1961 de insuficiência cardíaca.

Parte da elite econômica e política paulistana, Yayá perdeu seus pais em 1900, com 14 anos, e o irmão mais velho em 1905. Ela tornou-se, então, a única herdeira das propriedades e de uma grande fortuna. A longevidade de Yayá foi um desapontamento para a família, e sua herança, por fim, foi devolvida ao Estado. De acordo com a edição de 1930 do semanário sensacionalista "O Parafuso", Yayá tinha 73 imóveis em São Paulo e Mogi das Cruzes.

Em 1918, Yayá teve sua primeira manifestação de desequilíbrio emocional. Foi interdita em um hospital psiquiátrico e internada em 1919, no Instituto Homem de Mello. O estado de Yayá começou a ser explorado pelo "O Parafuso", sinal do "gosto pela tragédia e pela fatalidade, implícito em nossa geração" (RODRIGUES, 1999, p.28). Em

1920, ela foi exposta pela primeira vez no semanário, e depois em diversas edições do jornal, através de uma visão folhetinesca e romântica, o que só contribuiu para criação de um mito em torno de sua interdição: "Yayá de Mello Freire passa uma vida terrivelmente martirizante, desesperadora, capaz de enlouquecer uma pessoa por mais resignada e forte que seja"¹.

Nesse mesmo ano, o jornal publicou uma entrevista com o primo de Yayá, que afirmou tê-la visitado quando estava no Instituto Paulista, lúcida. Segundo o relato, ela teria pedido que ele a levasse embora. "O isolamento completo a que foi ela submetida, o encarceramento em quatinhos [...], a incomunicabilidade, a escravidão, acirraram mais os seus padecimentos" (O PARAFUSO, 1920 apud RODRIGUES, 1999, p.30). Marly Rodrigues (1999) descobriu que o curador geral dos órfãos, Dr. José Augusto, também pediu a saída de Dona Yayá do Instituto Paulista. Ele enviou médicos para averiguarem o tratamento que ela recebia no manicômio, pois acreditava que estava sendo maltratada.

Após um ano de interdição, e ter causado comoção na sociedade paulista, a família de Dona Yayá decidiu interná-la longe do núcleo urbano e dos olhares alheios, sendo considerada incapaz de administrar sua própria fortuna, interdita em sua própria casa. "Os primeiros laudos sobre o estado mental de Yayá nos fornecem dados significativos para a avaliação da camisa de força tecida pela moralidade burguesa do início do século, no sentido de delimitar o papel feminino" (RODRIGUES, 1999, p.30). Sua riqueza permitiu que fosse tratada sem ser afastada das pessoas próximas e em sua própria residência. Em 1920, ela foi para a chácara da Rua Major Diogo, vigiada por familiares e empregados. De acordo com Rodrigues, os especialistas ponderaram que Yayá poderia ter cuidados exclusivos para que seu estado físico acompanhasse seu estado mental, pois já estava sofrendo de insuficiência hepática e falta de exercícios ao ar livre. A ideia era que ela fosse vigiada sem perceber.

Ao criar um ambiente tão asséptico e isolado para a interdição de Yayá, a memória e a identidade se esvaíram. Presa entre cômodos de paredes monocromáticas e

impessoais, impossibilitada do contato com seus objetos e artefatos de costume, foi negada também a lembrança. Os artefatos e objetos mantêm uma relação simbiótica com as relações de gênero e domesticidade, eles definem o usuário e o espaço.

O simbolismo e a metáfora têm, nos museus da mulher, um lugar cativo, seja no discurso expositivo, seja nos edifícios, sendo frequente a recuperação de instalações associadas, de um modo geral, a indizíveis sofrimentos, como prisões, asilos e conventos. [...] joga-se com a articulação entre os espaços carcerais, a disciplinarização e o controle do corpo feminino ao longo do tempo. (VAQUINHAS, 2014, p.10).

De acordo com o historiador José Sebastião Witter: "Seria dona Yayá louca mesmo ou ela era uma mulher diferenciada para a época? Não casou, não vivia numa única cidade [...]. Além disso, era possuidora de uma fortuna razoável" (WITTER apud FRESHE, 1999, p.265). Como ressalta Fraya Freshe (1999), o bairro recém-aberto era bastante visível socialmente, mas foi sua comunidade que tornou (quase) invisível uma senhora que, por sua condição social, estava fadada a uma visibilidade pouco comum para uma mulher. A historiadora Marly Rodrigues constrói a imagem de uma Yayá de forte personalidade, oposta à imagem mistificada em geral difundida.

Neste sentido, a forma de Yayá vestir-se é reveladora. Ainda que mostre leves traços de vaidade e cuidados com a aparência, ela parece ter preferido cores escuras, colares discretos e não ter o hábito de usar outros adereços, embora possuísse muitas joias, entre as quais cordão de ouro, pulseiras com pérolas e com brilhantes, grampo com pérolas, um par de brincos e dois broches de brilhantes. (RODRIGUES, 2017, p.81).

O arquiteto e cientista social Nestor Goulart afirma que "ela tinha uma vida mais independente, numa época em que isso era impensável. A família começou a fazer pressão, começou a confiná-la para ela não fazer o que ela bem entendesse. E ela provavelmente pirou nesse confinamento" (GOULART, 2015, p.272).

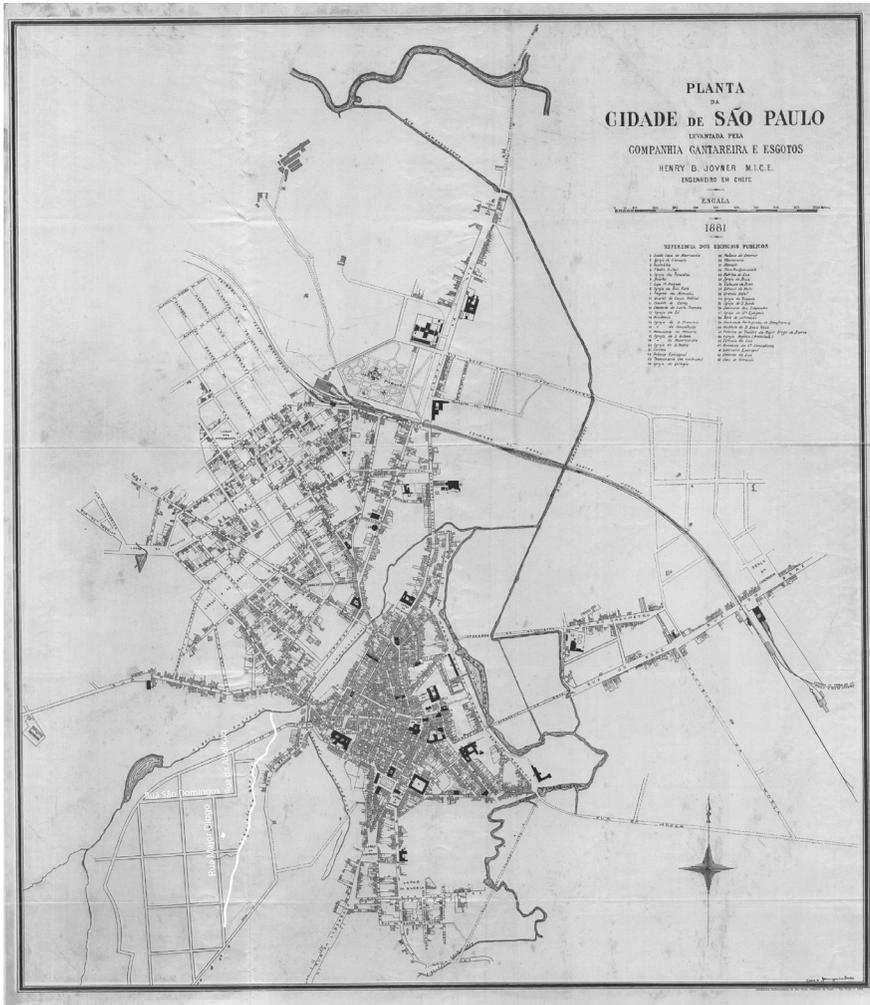


FIG. 1:
Planta da cidade de São Paulo de 1881, com destaque para o Córrego do Bixiga e a localização da casa.

Fonte: Site da Prefeitura da Cidade de São Paulo com desenho da autora.



FIG. 2:
Planta da cidade de São Paulo de 1930, com destaque para o terreno da Casa de Dona Yayá.

Fonte: Site da Prefeitura da Cidade de São Paulo com desenho da autora.

Como apresenta Seligmann-Silva (2008), as memórias do trauma são sempre uma fusão da percepção da memória individual e daquela construída pela sociedade, portanto, essa memória associada ao testemunho será sempre parcial. "Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer. [...] O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa" (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.66).

3. A HISTÓRIA DO IMÓVEL

A Casa de Dona Yayá foi o único espaço de circulação da senhora Sebastiana de Mello Freire entre as décadas de 1920 e 1960. Tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) a casa se apresenta como um exemplar íntegro do estilo eclético dos séculos XIX e XX, que não somente acompanhou, mas influenciou o desenvolvimento do bairro do Bixiga e das pessoas que nele habitavam. Com a morte de Dona Yayá, a casa permaneceu fechada, ganhando força os mitos de casa abandonada e mal-assombrada.

Em 1888, a escritura da casa refere-se a um "chalé de habitação" de tijolos de seu primeiro proprietário, José Maria Tallon. De acordo com Campos (2008), a construção foi considerada uma das modalidades de edificação mais populares na cidade de São Paulo durante o último terço do século XIX. Sua importância também está no fato de que praticamente nenhum outro exemplar de chalé sobreviveu na cidade até o contexto atual. José Tallon vendeu a casa, nesse mesmo ano, a Afonso Augusto Roberto Milliet. Nessa época, o terreno, na antiga Rua Valinhos (atual Rua Major Diogo), media 146 metros de comprimento, 120 metros por um lado e 200 metros por outro.

O atual 353 da Rua Major Diogo, antes 37, foi vendido para João Marques Guerra em 1902. Nesse momento, a residência foi descrita na escritura como uma construção de cerca de 400m², uma casa assobradada². A casa se localizava próxima ao Córrego do Bixiga, encanado durante as reformas higienistas do final do século XIX, e tinha as dimensões de 193 metros de frente na Rua Major Diogo até a esquina da Rua Jaceguai e, nessa rua, número 114,

possuía 176 metros de fundos e 222 metros de largura nos fundos³. Quinhentos metros quadrados do terreno foram vendidos devido à morte do proprietário.

Segundo Rodrigues: "Esse não foi o primeiro parcelamento da chácara. Em 1888 ela media cerca de 30mil m². Quando adquirida por Guerra em 1902, a área aproximada era de 22mil m²" (1999, p.38). A chácara foi provavelmente dividida devido ao prolongamento da Rua da Abolição, que antes chegava até a Rua São Domingos, e foi dividida em duas partes, uma com formato retangular e outra triangular, limitadas pelas ruas da Abolição, de São Domingos e pelo Ribeirão do Bixiga.

A antiga Cidade Nova já apresentava na época grande número de construções, em especial, construções residenciais, entre elas, amplas sedes de chácaras isoladas no meio de extensos terrenos. O bairro dos Campos Elísios, arruado em parte da antiga Chácara do Campo Redondo pelo alemão Frederico Glette, em 1878, estava ainda desocupado, tal como o bairro da Bela Vista, criado, no mesmo ano, na antiga Chácara do Bixiga pelo proprietário da época, o português Antônio José Leite Braga, então recentemente falecido. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2008 apud RODRIGUES, 1999, p.38).

João Guerra foi o promotor da fachada neoclássica de adornos. Uma hipótese é que ele tenha feito o "puxado" na casa em 1902 e 1919, como é possível observar no "Mapa Topográfico de Município de São Paulo", de 1930. Como relembra Rodrigues (1999), a casa contém o último remanescente arquitetônico das casas de chácara do Bixiga, como verificado nas estruturas originais do telhado pelo professor Antônio Luis Dias de Andrade.

A construção do puxado ocupou parte do alpendre sul, quebrando a simetria da planta primitiva. Não é de todo descartável a hipótese de que se tenha também ocupado parte da face leste do alpendre para construção do banheiro e de um pequeno cômodo. Segundo esse raciocínio, no período anterior a reforma, a casa seria rodeada de alpendres, exceto a face oeste. (RODRIGUES, 1999, p.40).

A casa foi alugada pelos cinco filhos de João Guerra após sua morte. A primeira locatária, por tempo indeterminado, foi justamente Sebastiana de Mello Freire, em meados de 1920. Em 1923, consta na escritura que a frente tinha 81,05 metros por 50 metros de fundo, onde tinha 82,05 metros de largura⁴. Na época, o terreno media pouco mais de 6 mil m². O terreno foi vendido para Dona Yayá em 1925 com 2.525,580m², segundo a escritura. Em 1972, a propriedade já estava em posse da USP, tendo perdido grande parte da sua área, desapropriada pela Prefeitura para a construção da Avenida Radial Leste-Oeste.

4. AS REFORMAS FEITAS NA CASA APÓS A MUDANÇA DE DONA YAYÁ

Segundo o médico Primitivo Sette, "o comportamento da interdita obrigou a substituição de colchões por tapetes, de lençóis por toalhas de banho, de louças e talheres por vasilhas e colheres de alumínio" (RODRIGUES, 1999, p.48). A casa da Rua Major Diogo, para Yayá, foi um rompimento com seu passado, em todos os sentidos. Os ambientes assépticos, a falta de móveis, a restrição de uso e os materiais grosseiros em contraste com os bens que usufruía, devido a sua alta condição social, representaram uma quebra de lembranças, do que Rodrigues afirma ser um exercício de memória necessário à manutenção da identidade e da saúde emocional.

Em 1920, o médico Dr. Juliano Moreira veio para São Paulo examinar Yayá e suas instalações na Rua Major Diogo e recomendou trocar as janelas por caixilhos e vidraças resistentes, baseadas no sistema adotado em asilos do Rio de Janeiro. Como Foucault (2008) já ressaltou, as casas de saúde se assemelhavam a prisões: ambientes neutros, assépticos, sem estímulos e despersonalizados. Inicialmente, Yayá ocupava dois cômodos, rigorosamente asseados, de paredes esmaltadas até a altura das portas. Os cômodos se comunicavam diretamente com o banheiro. Rodrigues (1999) afirma que era um lugar seguro para proteger a integridade física do indivíduo, mas sobretudo para proteger a ordem social dos "de fora" da desordem causada por aqueles que vivem fora do comportamento padrão de convívio social.

Em 1925, quando o estado de Yayá é considerado "mais ou menos estacionário" pelo seu médico, Dr. Ovídio Pires dos Campos, sugere-se a adaptação da antiga sala de visitas da casa, anexa a um dos quartos que ocupava, por ser um cômodo maior e mais iluminado. O salão central foi transformado, portanto, em dormitório com três janelas e uma porta. Os papéis de parede foram retirados, os assoalhos de piso substituídos por corticite (por ser mais higiênico e impermeável), as paredes esmaltadas até altura superior ao alcance de Yayá (2,3 metros) e a pintura do teto. Ele sugeriu também a construção de uma sala de banho no terraço que circunda a casa, revestida de azulejos brancos, piso de cerâmica, banheira e chuveiro com aquecedor a gás. Foi realizado o levantamento do muro ao redor da casa para colocar Dona Yayá "em absoluta segurança e a salvo de olhares indiscretos e bisbilhoteiros" (PIRES apud RODRIGUES, 1999, p.48).

O muro foi construído em tapume de zinco, o portão de ferro da entrada foi restaurado e, na entrada da varanda, foram colocadas grades e um portão de madeira. Foi feita a limpeza de outros cômodos, a reforma do forro do terraço da frente, a pintura da fachada, a colocação de calhas, a reconstrução do galinheiro e dos dois quartos originalmente situados no quintal da casa. A entrada do portão até a escadaria foi cimentada e houve canalização de águas pluviais. Após essas reformas, Primitivo Sette escreveu no relatório que houve melhorias no estado de Yayá, que caminhava pelos jardins da casa, pelos terraços ou descansava em sua cadeira de balanço.

Em 1952, foram introduzidos rádios e TV para Dona Yayá por seu supervisor, Dr. Luiz Antônio Figueiredo, e foram construídos espaços onde ela pudesse estar ao ar livre em segurança. Seu supervisor sugeriu o fechamento do terraço, acessado diretamente pelos aposentos de Yayá e sua transformação em terraço de inverno com a construção do solário. Deveriam ser utilizados vidros triplex, massa plástica lisa nas paredes internas e pisos moles, como cortiça revestida de borracha ou material impermeável (MEMORIAL descritivo Engenho Roberto Guimarães Sobrinho apud RODRIGUES, 1999). As reformas têm uma diferença significativa: em um primeiro

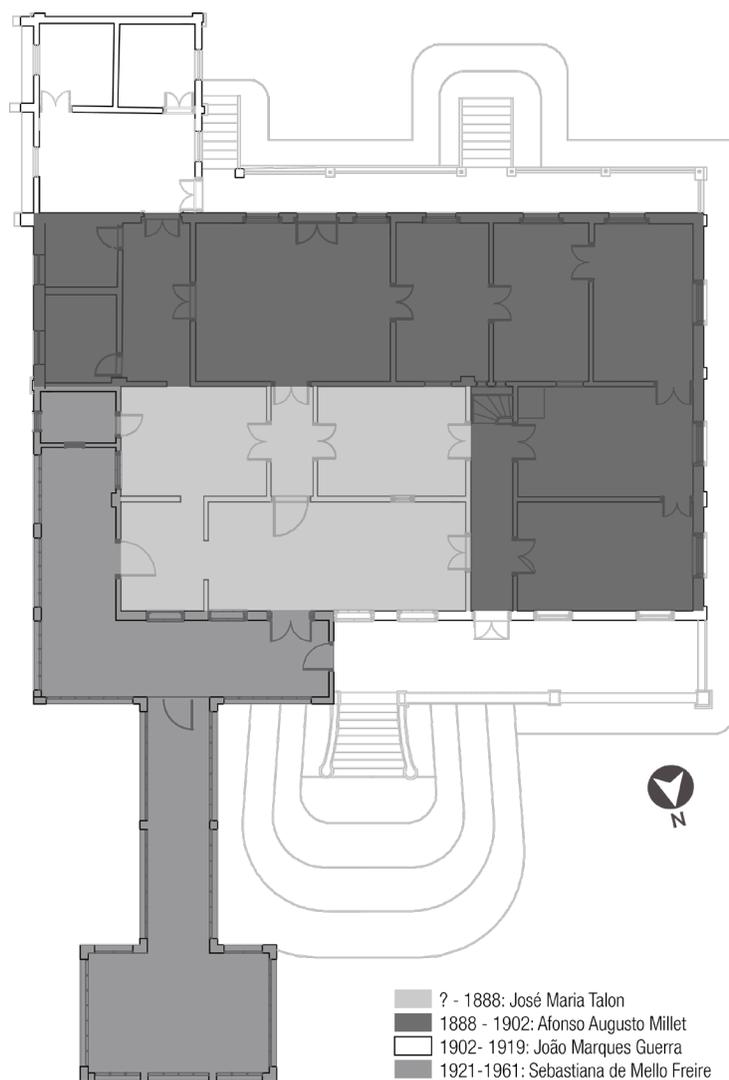


FIG. 3:

Planta da atual sede do CPC com identificação de proprietários e ampliações.

Fonte: Planta do Centro de Preservação Cultural da USP com desenho da autora.

momento, foram de confinamento total e, em um segundo, de abertura para o exterior, ainda que cercada por altos muros que limitavam a visão.

O forro de madeira foi reconstruído onde necessário; o telhado, reparado; os assoalhos desgastados, substituídos, bem como os pisos da cozinha e da dispensa; e a rede de esgoto foi revista. O portão existente até hoje é o original, com as letras "J" e "G" gravadas, referentes ao proprietário João Guerra. Rodrigues afirma que obras de menor porte foram realizadas no edifício até 1967.

Todas essas reformas, sobretudo as de 1925, evidenciam as formas de tratamento e as condições de confinamento dadas aos sujeitos considerados loucos. Na época, acreditava-se que tinham origem física os descontroles que hoje classificamos como

psíquicos. Como provavelmente aconteceu com Yayá, esses métodos muitas vezes agravavam a "doença". As reformas, a partir de certo ponto, não trataram de controlar sua "loucura", mas de manter sua sobrevivência. O espaço da casa permaneceu inalterado durante os 40 anos que ela o habitou, ainda que a psiquiatria tenha avançado nos estudos de saúde mental.

5. A RELAÇÃO DO IMÓVEL COM O CONTEXTO URBANO

Historicamente, o Bixiga era um bairro de padrão operário, em que predominavam lotes com frente não superior a dez metros, ocupados por habitações coletivas e/ou usos múltiplos. Mas que não excluía a existência de grandes terrenos com

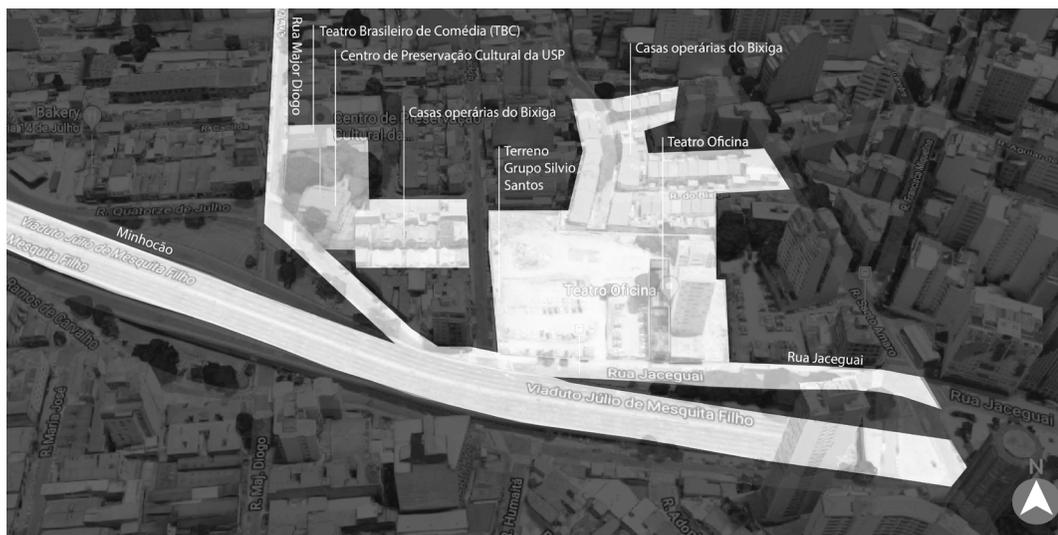


FIG. 4:
O entorno do Centro de Preservação Cultural da USP.
Fonte: Imagem do Google Maps alterada pela autora.

sobrados de certo luxo, pertencentes às famílias paulistanas mais abastadas.

A Casa de Dona Yayá foi edificada em uma São Paulo onde 80% do total de domicílios eram alugados. Castro e Feldman (2017) explicam que industriais construíam para seus operários casas em série e vilas, também vilas particulares, casas de cômodos ou simplesmente alugavam um imóvel no mesmo lote ou um quarto em alguma casa do entorno. Essas eram as estratégias que moldavam as relações entre proprietários e locatários.

Nas áreas de ocupação recente, predominavam as casas de tijolos, de porão alto, afastadas das divisas laterais do terreno, o que permitia melhor iluminação e arejamento dos cômodos. Havia, porém, antigas casas de taipa que foram sendo substituídas por chalés e sobrados de tijolos, ou mesmo reformadas, ganhando modernas calhas e platibandas que ocupavam o lugar dos beirais. As fachadas, antes desprovidas de qualquer requinte, enchiam-se de ornamentos, frontões, cimalkhas salientes, medalhões e compoteiras, como que querendo salientar o status social de seus moradores. (RODRIGUES, 1999, p.36).

Rodrigues (1999) lembra que os imigrantes tiveram papel fundamental nas transformações arquitetônicas da cidade (facilitadas pela produção industrial) através da expansão do perímetro urbano para fora do centro histórico. No Bixiga, a presença de arquitetos italianos, que realizavam vários projetos residenciais para população de classe média, era forte. Hoje, o imóvel está localizado próximo a outros bens tombados e com importância histórica e cultural para a cidade de São Paulo, como o Teatro Oficina, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e as tradicionais casas operárias do bairro.

6. A CASA COMO SUPORTE PARA ESTUDOS DA HISTÓRIA DA LOUCURA E PSIQUIATRIA NO BRASIL

No Brasil, o primeiro curso de especialização em psiquiatria como saber médico aconteceu em 1882. Na época, talvez mais do que hoje, as casas de saúde para alienados assemelhavam-se às prisões. Eram espaços de isolamento, de manutenção do paciente em um ambiente neutro e sem estímulos. Rodrigues (1999) afirma que a loucura é uma construção histórica e que o louco era o criador de imagens, espaços e tempos diferentes dos aceitos pelo senso comum.

Em 1890, o antigo Hospício Pedro II tornou-se o Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro. Em 1896, o Dr. Franco da Rocha, com seus estudos, levou à criação do Juquery, um hospício público. Em 1903, o Dr. Juliano Moreira, diretor do Hospício Nacional, definiu os loucos como "indivíduos que por moléstia congênita ou adquirida comprometem a ordem pública ou a segurança das pessoas" (RODRIGUES, 1999, p.45). Assim, se concretizou a interferência do poder público no tratamento dado à loucura e legitimou-se o papel da psiquiatria no país. A ela, cabia não apenas tratar tais indivíduos, mas prezar pela saúde mental de toda a sociedade.

Essa discussão, juntamente com a industrialização crescente da cidade, se juntou às ideias sanitaristas do final do século XIX para culminar em regras de uso do espaço, condições de higiene e leis sanitárias para o controle público das populações. Segundo Cunha (1989), a multidão em cortiços e becos era um polo de contaminação moral da sociedade burguesa, e justamente sob essas personagens recaía a ação saneadora da medicina: os operários, os subempregados, as prostitutas e os vagabundos.

Sobre eles pesava a acusação de malversas os bens familiares, de gerir imprópriamente seu dinheiro, de serem viciados em jogo ou em álcool e de terem a vida sexual irregular. [...] Nesta categoria também eram enquadrados os artistas e demais pessoas que optassem por uma vida diferente daquela determinada pelas regras morais da burguesia. (RODRIGUES, 1999, p.45).

Algumas transformações foram ganhando força: a reclusão asilar, antes excepcional, passou a ter maior abrangência, o que mudou bastante a forma de encarar a "loucura"; porém, poucas eram as famílias mais abastadas que tinham condições de manter os "doentes" em casa. Para os filhos da classe média e da burguesia, havia os asilos públicos. Também para as famílias, a segregação agia como um alívio do estigma e da vergonha. Nos anos 1920, a psiquiatria sofreu mais uma reformulação: foram acrescentadas propostas de criação de serviços abertos, clínicas e ambulatórios. Em 1930, os especialistas se aproximaram da

teoria da eugenia, em que os especialistas assumiam posições higienistas para manter a estabilidade e a ordem social.

Por trás da construção da imagem da loucura, sobretudo a feminina, havia não só uma compreensão biológica ou fisiológica, mas social e cultural. Muitas das características que eram apontadas como sendo pré-requisito para avaliar uma mulher como louca ou histérica tinham frequentemente sua formação ligada a normas e convenções sociais. "É por isso que essa doença ataca muito mais as mulheres do que os homens, porque elas têm uma constituição mais delicada, menos firme, porque levam uma vida mais mole e por estarem acostumadas às voluptuosidades ou comodidades da vida e a não sofrer" (FOUCAULT, 2008, p.319).

Uma concepção subordinada da natureza feminina estava implícita na definição de papéis sexuais e sociais, de forma que as mulheres estivessem sempre inferiorizadas. O Doutor Franco da Rocha, fundador do primeiro asilo paulista, o Juquery, observa:

o número de dementes do sexo feminino é superior aquele do sexo masculino. [...] Não há nada de estranho nisto. A mulher branca é menos exposta que o homem as contingências da vida; sua existência é menos atormentada que a do homem em nosso meio social" (CUNHA, 1989, p.139).

Ou seja, as mulheres estariam menos aptas a enfrentar as contingências da vida e, portanto, enlouqueceriam mais quando submetidas às atividades tradicionalmente reservadas aos homens. Essa noção de diferença natural e básica entre os sexos estava arraigada nas práticas sociais.

A loucura nas mulheres aparecerá como algo mais diverso e transgressivo do que nos homens. [...] Para as mulheres, ao contrário, é geralmente na esfera da vida privada, dominada pelas questões do corpo e da família, que a loucura é perseguida. [...] Do ponto de vista dos papéis construídos pelo saber psiquiátrico, em suas tentativas de generalização, e teorização sobre o 'normal' e o 'patológico', a quebra do modelo normalizado sobre o comportamento feminino significará

sempre alguma forma de recusa ou resistência ao papel natural de mãe e esposa. (CUNHA, 1989, p.129).

Conforme coloca Rodrigues, a memória dos vizinhos sobre Yayá era de uma "senhora de boa família", "gente fina", "de dinheiro", "parece que louca", "várias pessoas que vivem dela e empregados" (RODRIGUES, 1999, p.54). Para cada morador do bairro a casa tem um significado distinto: para uns o importante é o jardim e suas árvores; para outros, só a casa grande da esquina; para outros, é uma tristeza que tenha ficado abandonada. Para alguns a casa é confusa e incômoda, o que leva à criação fantasiosa de um cotidiano passado.

A historiadora relembra que a memória da casa não é somente a memória de Yayá, é também de Fernando, filho de João Guerra. Fernando também foi interditado na casa, classificado como impulsivo e incluído no grupo de degenerados, pois distribuía parte de seu salário aos mendigos e saía a cavalo com roupas desgastadas. Fernando ia se casar com uma mulher negra e foi proibido por sua família sob justificativas de diferenças de educação, fortuna e posição social. Ele recuperou o controle sobre sua vida e sua fortuna com a realização do inventário de seu pai.

O mito de Yayá se deve à difusão da ideia de interdição como solução para pessoas com comportamentos diferentes dos padrões dessa sociedade paulista e burguesa de hábitos conservadores. A recusa ao casamento, por exemplo, era interpretada como organização psíquica desarmônica. Rodrigues (1999) afirma que os laudos sobre o estado mental de Yayá agiam mais como uma restrição do papel feminino e como preconceito contra a mulher do que de fato para mostrar e experimentar um tratamento que possibilitasse a cura de Yayá, o que diz muito a respeito da moralidade da época.

A casa e as reformas feitas na década de 1920 agem como suporte para a denúncia do tratamento dado na época às pessoas consideradas loucas. "O conjunto desses e outros detalhes compõem um espaço de segregação, punição e solidão no qual se exteriorizam modos de pensar e agir impostos pelas instituições sociais e reproduzidos cotidianamente pelos indivíduos" (RODRIGUES, 1999, p.56). Hoje,

por exemplo, podemos ver a pequena janela feita em uma das paredes do cômodo que Yayá ocupava, usada para vigilância e para passar as refeições à interdita. "Os 'fantásticos frenéticos' eram encerrados em espécies de compartimentos fechados em cujas paredes abriam-se 'duas janelas para ver e dar'" (FOUCAULT, 2008, p.126).

Talvez por sua posição social e publicidade, todas as preocupações com o isolamento e segurança de Yayá foram duplicadas. De acordo com Marly Rodrigues (1999), a psiquiatria na época era um ramo de especialização recente. Os especialistas definiam a loucura e como o paciente deveria ser tratado: isolado em espaços apropriados para a terapêutica. Os loucos não eram, então, somente os delirantes, mas também aqueles que apresentavam desvios de comportamento em relação ao padrão moral definido pela sociedade da época. "Queremos crer que é por havermos conhecido mal a natureza da loucura, permanecendo cegos a seus signos positivos, que lhe foram aplicadas as formas mais gerais e mais diversas de internamento" (FOUCAULT, 2008, p.124).

7. AS EXPRESSÕES DE DOMESTICIDADE

O processo de se apropriar de uma casa e torná-la um lar é uma prática feminina construída historicamente. Para o arquiteto Juhani Pallasmaa, a casa é o fator primordial para estabelecer padrões e referenciais de espaço, de materialidade, da relação do corpo com o mundo, constituindo-se como um laboratório de construção da subjetividade do indivíduo (ROSSETTI, 2014).

Heynen (2005) afirma que a domesticidade é uma construção do século XIX, consequência da separação entre trabalho e lar e, portanto, entre as funções do homem e da mulher. As mulheres foram as primeiras a participar da racionalização da casa. No entanto, excluídas do poder público pela teoria liberal clássica masculina, as mulheres tiveram uma relação difícil e contraditória com a racionalização do espaço doméstico (DAVIDOFF apud MCCLINTOCK, 1995). No final do século, tornou-se nítida a divisão entre os valores da domesticidade e da masculinidade, à medida que ideais de intimidade e conforto começam a ameaçar o masculino.

Ainda segundo Heynen, os discursos sobre a domesticidade prescrevem uma série de normas acerca dos requisitos necessários para a vida em família, envolvendo desde preceitos sobre os cuidados com o corpo e a saúde até a configuração do espaço da casa, o que inclui a decoração doméstica. Logo, a domesticidade pode ser entendida em termos de sistemas de normatizações, padrões de comportamento e arranjos espaciais, cujas repercussões sociais implicam em relações de poder.

As casas e a organização de seus programas representam a sociedade de sua época e, neste estudo de caso, hierarquizadas em área íntima, social e de serviço. Entretanto, observa-se que essa divisão espacial das moradias em relação nítida com hábitos conservadores e tradicionais da sociedade rural paulista nem sempre existiu. De qualquer maneira, as mudanças de programas e modos de morar ao longo do tempo geram uma necessidade de adaptações de usos, questionando os antigos papéis sociais. A Casa de Dona Yayá era uma representação do *status* social de Yayá.

A pesquisa mais completa sobre as questões de modos de morar na casa foi feita por Marly Rodrigues e apresentada com mais ênfase no livro "Domesticidade, gênero e cultura material", publicado oficialmente em 2018. A historiadora presume que Dona Yayá não atendia às formalidades e etiquetas vigentes no meio urbano burguês; ela era avessa ao *grand monde*, seu comportamento era discreto e ela gostava de viajar para sua fazenda em Mogi das Cruzes.

Embora a configuração atual da Casa de Dona Yayá não seja fruto de um projeto único, ela não foge totalmente aos modelos de arranjo espacial, conforto e gosto burguês adotados desde meados do século XIX. "Esse modo, que chamamos genericamente 'burguês', baseava-se na importância do consumo privado e conspícuo para a construção de identidades sociais" (CARVALHO, 2008, p.22). Yayá muda-se para sua nova casa, local de sua interdição, em um momento de grandes mudanças: avanço da indústria, novos padrões sociais, entrada da mulher no mercado de trabalho formal, mecanização do trabalho doméstico e autonomia

da dona de casa. Essas mudanças representam um forte contraste com a vida doméstica que Dona Yayá desenvolve ao se mudar para a residência em 1920, que representou a reclusão da mulher.

A residência representou uma forma estigmatizada de inserção na sociedade causada por uma perturbação emocional classificada na época como "loucura". Assim, Yayá experimentou a diversidade dos espaços domésticos e das formas de morar, especialmente aquela construída em torno da interdição e do isolamento. Em sua casa, a rotina doméstica se moldou a partir das condições de sua saúde.

Durante quarenta anos, a condição mental e a promoção do bem-estar de Yayá foram o núcleo motivador da vida doméstica. [...] A vida de Sebastiana após a interdição, compõe um quadro particular de domesticidade [...] como o apagamento de parte das características materiais da residência herdadas de tempos anteriores. [...] Compôs-se um ambiente de nostalgia, reforçado pela obsolescência das atividades domésticas mas, sobretudo, pela manutenção de hábitos e rituais de famílias, entre eles a comemoração do aniversário de Yayá. (RODRIGUES, 1999, p.87-88).

Rodrigues (2017) afirma que os usos dos espaços foram definidos pela atuação e conforto das mulheres ao usar como base a identificação de usos realizada em 1980 por Augusto Galvão Bueno Trigueirinho, filho de Rosa Mazullo, que visitava Yayá com frequência (FIG. 5):

Manteve-se a prática diária de trabalhos manuais e dos hábitos rurais, especialmente os culinários, de feitura periódica de doces caseiros, de quitandas que enchem as prateleiras da despensa e de outros quitutes baseados em antigas receitas de família. Manteve-se a religiosidade, que agora inclui Yayá apenas como observadora das imagens de seus santos de devoção através da janela instalada na parede divisória de um de seus cômodos, a antiga sala de visitas, com o dormitório de d. Eliza Grant. (RODRIGUES, 1999, p.89).

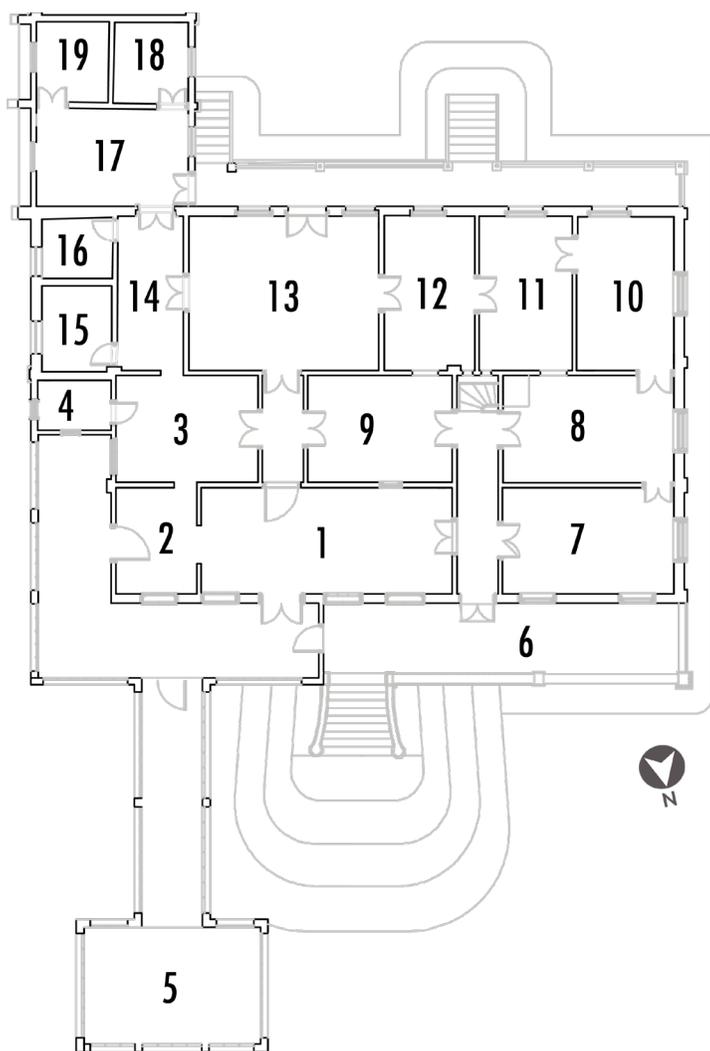


FIG. 5:

Planta da atual sede do CPC com a identificação de usos feita em 1980. 1. dormitório; 2. dormitório; 3. dormitório; 4. sala de banho; 5. solarium; 6. alpendre; 7. sala de visita; 8. quarto; 9. quarto Eliza, Elizinha e Georgina; 10. quarto; 11. quarto para passar roupas; 12. quarto enfermeiro; 13. sala de jantar; 14. copa; 15. banheiro; 16. sala de roupas; 17. cozinha; 18. quarto de hóspedes; 19. copa.

Fonte: Planta do Centro de Preservação Cultural da USP; RODRIGUES, 2017, p.92; com desenho da autora.

Os cômodos que abrigaram Dona Yayá inicialmente foram os dois quartos à esquerda do alpendre de entrada, que sofreram adaptações já descritas anteriormente. “Era preciso proporcionar-lhe conforto e segurança, pois, durante os delírios em que revelava desejos e culpas em relação aos papéis sociais e aos padrões de comportamento impostos por uma rígida educação moral e religiosa” (RODRIGUES, 2017, p.85).

Com o tempo, a antiga sala de visitas, o núcleo de representação social da família, foi anexada aos dois quartos e na área do alpendre construiu-se um banheiro privativo. Para o restante da casa foram transferidos os móveis e utensílios da sua antiga residência, enquanto os ambientes destinados a Yayá tornaram-se espaços assépticos, impessoais, compondo um

cenário de restrição e rompimento de memórias. Para o palacete da Rua Major Diogo foram levados um piano, móveis e alguns poucos objetos de valor afetivo. Para seu quarto foram apenas os móveis absolutamente necessários — sendo que a mesa e a cadeira higiênica eram pregadas ao chão —, um piso liso e sem emendas. Pelas janelas passava o essencial: ar e luz.

Alguns rituais foram preservados na nova casa, ainda que Dona Yayá nunca participasse das celebrações que ocorriam. “Algumas refeições de confraternização, até mesmo de seu aniversário, ocorriam sem sua presença — apenas para citar um dos mais paradigmáticos episódios que ressalta a sua ausência nas dinâmicas sociais da casa” (COSTA, 2017, p.99). A presença de Yayá era sentida através da decoração da casa — os móveis, talheres e pratos na

parede com imagens de seus dois cães — mas que se encontrava no restante dos cômodos, exceto nos ocupados por ela.

Rodrigues (2017) afirma que, ainda que a rotina fosse repetitiva e condicionada pela existência de um sanatório particular, os hábitos tradicionais de domesticidade foram mantidos, como o uso do forno de barro — uma domesticidade ultrapassada de funcionalismo dos espaços, modelos de feminilidade e relações de gênero. Tanto a tradição como os rituais domésticos cotidianos permitem a apropriação do espaço de formas diversas e até a aceitação de situações particulares.

8. AS QUESTÕES DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO

As discussões sobre gênero e domesticidade, ainda que escassas, têm conseguido mais espaço de debate em diversos campos de estudo, inclusive na arquitetura e na história. No dia 9 de maio de 2018 foi lançado o livro "Domesticidade, gênero e cultura material" na Casa de Dona Yayá, pela coleção Estudos CPC, que discute os modos de morar e as relações entre gênero e espaço doméstico. A Casa de Dona Yayá age como suporte para essas discussões desde sua abertura, em 2004.

Em 1982, foi feito um pedido de tombamento da casa, pelos próprios moradores do bairro e empresários da Rua 13 de Maio que, apesar de girar muito mais em torno da ideia de um Bixiga pitoresco e turístico, freou a demolição dos remanescentes. Em 1969, a Casa de Dona Yayá foi incorporada ao patrimônio da USP e, em 2003, o CPC apresentou oficialmente uma proposta de uso para a casa como bem cultural, salvando o patrimônio do risco. Iniciou-se um processo de reconhecimento do imóvel como lugar de memória e a transferência da sede do CPC para a antiga Casa de Dona Yayá. Maria Lúcia Bressan e José Hermes (2011) afirmam que as ações desenvolvidas pelo centro buscam tornar o imóvel um lugar de identificação do bairro e da comunidade, realizando atividades que discutem a questão da memória e do patrimônio cultural, ampliando a relação com a universidade reforçando seu caráter público.

Em 1986, Nestor Goulart, membro do Conselho Universitário, atuou na instituição de uma comissão voltada à discussão de políticas relacionadas ao patrimônio cultural da Universidade de São Paulo. Ele foi o primeiro presidente da chamada Comissão de Patrimônio Cultural, colegiado que passou a não só promover políticas públicas como a coordenar ações de conservação e restauro de bens culturais da universidade, como a Casa de Dona Yayá e a Vila Penteadão (GOULART, 2015).

A Comissão de Patrimônio Cultural foi criada devido à preocupação com o patrimônio da Universidade de São Paulo e seus edifícios. A Casa de Dona Yayá, por exemplo, foi transferida como herança jacente para a USP e abandonada, assim como outros 400 imóveis recebidos pela Constituição de 1947 (GOULART, 2015). Hoje, o Centro de Preservação Cultural é um herdeiro dessa comissão. "Inclusive, em função da sigla 'CPC', fez-se empenho para mantê-la, pois é um nome histórico de resistência à ditadura civil-militar (1964-1985), excelente referência de como uma cultura situa-se com ganhos ao se posicionar contra um padrão vigente" (LOURENÇO, 2017, p.292). Nestor Goulart escolheu para compor a comissão o professor Ulpiano Bezerra de Meneses, da História, a professora Lea Goldenstein, da Geografia, entre outros.

A Casa de Dona Yayá ganhou atenção da Comissão em meio a significativas mudanças no pensamento brasileiro sobre patrimônio cultural, mentalidade diferente daquela criada com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que era mais técnica. Nesse período, as arquiteturas neoclássicas e ecléticas não faziam parte do vocabulário do patrimônio cultural, que privilegiava a arquitetura moderna, na tentativa de se relacionar com as raízes sociais brasileiras. Assim, a casa se insere em um movimento de esforço de interpretação dessas arquiteturas fora do padrão colonial ou moderno. A comissão surge, portanto, em um contexto em que o patrimônio é política pública.

Na década de 1980, Marly Rodrigues fez uma pesquisa pioneira que abordou a história do imóvel em questões inovadoras, como a saúde mental, a figura da mulher e os modos de morar. A autora também construiu a imagem da Yayá como hoje é

apresentada. Esses valores serviram como base para uma abordagem complexa de memórias que giram em torno do imóvel. Em 1998, a Casa de Dona Yayá foi tombada pelo Condephaat, atestada sua importância para preservação do imóvel como vestígio de um sanatório particular, testemunho das transformações de urbanização do Bixiga e vestígio da presença de chácaras no bairro.

Entre 1989 e 1991, foi realizada uma série de estudos históricos prospectivos e levantamentos que subsidiaram as intervenções de restauro e conservação. O tombamento do Condephaat recomendava a proteção de suas características internas e externas. Em 2001, os murais decorativos foram restaurados. A partir daí, iniciou-se uma proposta de recuperação física do imóvel. As intervenções tiveram caráter conservativo, buscando compreender a historicidade e estratigrafia arquitetônica. A recuperação da casa foi realizada com recursos da USP e viabilizada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, órgão ao qual o CPC é subordinado. O projeto foi concretizado por monitores, educadores e estudantes da USP, coordenado pela especialista e professora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC-UNICAMP) Regina Tirello, no Projeto Canteiro-Escola.

A Casa de Dona Yayá ficou abandonada durante anos, e chegou inclusive a ser sede de um cassino mantido por uma entidade cultural que atuava no centro (GOULART, 2015). O CPC ocupou um espaço carregado de expectativas por grupos sociais variados, como aqueles que esperavam que o local abrigasse um alojamento de estudantes, espaço comercial ou de serviços, uma clínica de reabilitação ou um centro de acolhimento para mulheres em situações vulneráveis ou que se tornasse uma casa-museu. A existência do CPC nesse local lida, desde o início da ocupação, com demandas de grupos ativistas, que vão além do uso como bem cultural e estão relacionadas às questões de gênero e saúde mental. O Bloco Yayartes, criado em 2000 pela União de Mulheres de São Paulo, é exemplo de um grupo que deu vida a essas outras histórias, e somente foi permitido entrar na casa mais de dez anos após sua criação. Pode-se perceber que o

CPC-USP teve de se adequar às demandas de um novo território que vai além da sua proposta de extensão universitária e discussões sobre patrimônio cultural.

Em 1999, o CPC publicou o livro "A Casa de Dona Yayá", em que apresenta uma série de interpretações sobre a historicidade do imóvel e da sua proprietária, e expõe as propostas de uso consideradas até então. O livro faz parte da coleção "Cadernos CPC", que conta com dez publicações, todas da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Há também a "Estudos CPC", coleção que continua a ser publicada até hoje, cuja edição mais recente é "Domesticidade, Gênero e Cultura Material".

Em 2004, foi desenvolvido um projeto de educação patrimonial por meio de atividades de extensão direcionadas a uma categoria classificada como emancipatória: atividades voltadas para os excluídos, que incentivavam o protagonismo da comunidade e fortaleciam o senso de cidadania. As dificuldades do projeto se devem ao fato de que as atividades são justamente complementares à educação formal, o que se apresenta como um grande desafio. O foco eram os alunos de Ensino Fundamental, sobretudo das escolas próximas à casa; as discussões eram amplas, e abordavam desde as características históricas e estéticas, os antigos moradores até sua relação com o contexto urbano. O objetivo do projeto estava em sintonia com as primeiras ações desenvolvidas pelo CPC após sua transferência.

Em 2005, um ano após a abertura da casa para o público, o espaço produziu uma cartilha, "A Casa de Dona Yayá, histórias de uma velha senhora", e sediou sua primeira exposição, "Imagens do feminino", para retratar o papel da mulher da elite paulistana, refinada e submissa, cuja preocupação era mostrar a riqueza da família em chás da tarde, salões de festas e bailes à fantasia. Ao mesmo tempo em que a Casa de Dona Yayá foi residência de uma mulher da elite paulistana da época, também se apresenta como lugar de sua interdição. Seria a interdição da mulher burguesa no espaço doméstico levada ao extremo? A exposição criou um diálogo entre o mundo da reclusão e da exibição do feminino⁵.

A exposição da história de Yayá se dava no início através de uma pequena plaqueta que variava a localização pelos cômodos de acesso público e incluía uma breve descrição sobre a personagem. Desde 2016, Yayá conta com um cômodo da casa, a Sala Rosa, onde há um exemplar do jornal "O Parafuso", documentos sobre o laudo médico, uma descrição ampliada sobre a personagem e uma linha do tempo extensa sobre a história da residência e sua antiga moradora. A exposição está no menor cômodo expositivo da casa, cômodo de passagem entre os quartos e o banheiro de Yayá, único com três acessos e que também mostra o restauro das pinturas ornamentais dos três períodos⁶.

As plaquetas eram pequenas e, apesar de terem um foco nas questões arquitetônicas e de restauro mais do que em Yayá, ajudavam os visitantes a se localizar e compreender o imóvel e sua materialidade como uma forma de documentação. As placas continham uma breve introdução a respeito do CPC, seus objetivos, informações sobre a cronologia construtiva da casa, o restauro, as pinturas ornamentais, o *solarium* e outros detalhes, como as portas e janelas que foram instaladas com a chegada de Yayá⁷.

Junto com o projeto de educação patrimonial também foram desenvolvidas visitas guiadas feitas pelos monitores-bolsistas, alunos de graduação da USP, para grupos de 35 pessoas, tratando da casa em sua materialidade, expondo questões de estratigrafia arquitetônica e técnicas construtivas, mas explorando também a figura central de Yayá. Durante os anos de 2014 e 2015, a arquiteta Sabrina Fontenele coordenou visitas técnicas abertas na casa aos sábados de manhã, compostas por um público de aproximadamente 30 pessoas, mas que chegou a 80 visitantes; e apesar de ser composto majoritariamente por arquitetos e historiadores, atraía também o visitante espontâneo. Foram encerradas em 2016, ano em que a casa foi fechada para as obras de restauro do jardim.

Desde 2013, o arquiteto e urbanista Gabriel Fernandes desenvolve um projeto intitulado "Memórias e Representações de Yayás", uma vez que a casa é um espaço privilegiado para o estudo de várias narrativas que giram em torno da personagem, como, por exemplo, Dona Yayá

na imprensa, no campo artístico e nas narrativas fluidas⁸. O projeto se utiliza das potencialidades que a construção da memória apresenta ao se apropriar desse conjunto de narrativas. Em 2018, foi criado o "Cordel de Yayá", também uma forma de divulgar e discutir as representações de Yayá. O evento, em parceria com o Instituto de Estudos Brasil da Universidade de São Paulo (IEB-USP), reúne cordelistas e estudiosos em torno da questão da mulher e da literatura de cordel, propondo uma reflexão sobre essa produção como patrimônio cultural brasileiro e como expressão feminista, estudada e produzida por mulheres⁹.

Ainda que a questão sobre as formas de tratamento de doenças mentais não tenha se materializado em uma política sistemática no CPC, em 2013 o local abrigou a intervenção "Belvedere" no *solarium* da casa. O projeto de Mariana Vaz, realizado através de um edital do Programa de Ação Cultural (PROAC), foi uma ação pontual que remeteu às questões de saúde mental e à memória da residência como sanatório particular desde a abertura da casa. A intervenção foi justamente transformar o *solarium* em belvedere e inverter os significados.

O claustro, ambiente criado embaixo da estrutura do mirante, permite apenas um visitante por vez, para que cada um experimente sozinho a solidão. A instalação suscita a memória do que o *solarium* representou para Yayá: a clausura, a prisão, a restrição. Representa também o que muitas outras Yayás sofreram e ainda sofrem hoje. A inversão de posições dá ao *solarium* uma resignificação.

Maria Cecília Lourenço abriu durante sua gestão um concurso de ideias para a casa, antes da transferência do CPC. O projeto ganhador do concurso era formado pelo Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Vale ressaltar que esse incômodo com o *solarium* permanece em futuras discussões e projetos para o espaço, a ideia do solário como excremento arquitetônico. Houve, por exemplo, um projeto arquitetônico que pretendia demolir o *solarium* e reconstituir a varanda, por entender a casa, sobretudo, como um resquício das antigas chácaras do bairro.

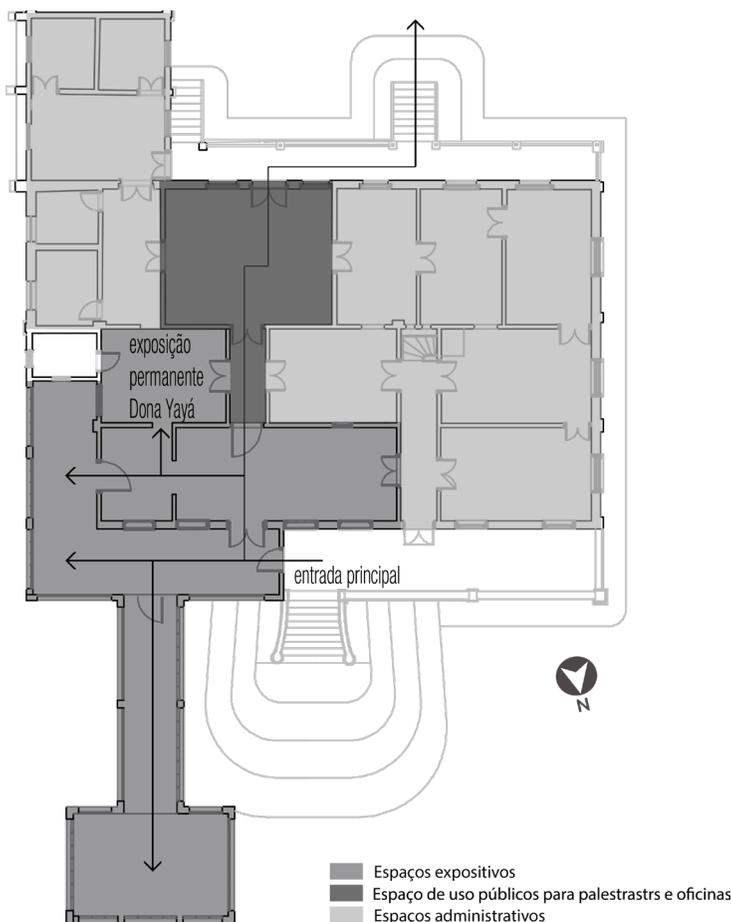


FIG. 6:

Planta da atual sede do CPC com identificação de fluxo dos visitantes.

Fonte: Planta do Centro de Preservação Cultural da USP com desenho da autora.

Defendi: 'Vamos fazer um concurso de ideias para resultar em algo com uso qualificado'. Montamos o edital para debater sobre a destinação, o uso e as transformações, indagando 'por que, para que, para quem?' Qual a finalidade do solário? Conviria cenarizá-lo de forma espetacular, explorando características biográficas? A isto houve um uníssono NÃO. (LOURENÇO, 2017, p. 292).

A principal preocupação em relação à ocupação do imóvel, antes abandonado, era oferecer um uso qualificado ao lugar como espaço cultural, trabalho iniciado em 1995 por Maria Cecília Lourenço (GOULART, 2015). As "Apresentações Artísticas" fizeram parte de uma frente do projeto de "Educação Patrimonial", também de forma que, em 2003, criou-se o projeto "Domingo na Yaya", que conta com programações todos os últimos domingos do mês a partir das 11 horas, até hoje. O objetivo foi articular a abertura pública do imóvel e o acesso

gratuito que permite, por meio de atividades artísticas, o entretenimento e contato com o tema do patrimônio cultural. Dentre essas apresentações foram concebidas atividades lúdicas para uma faixa etária menor como jogos de labirinto, jogos de memória e desenhos de observação, os quais restringiam muitas vezes a casa às suas questões arquitetônicas.

Ao longo desses anos que seguiram, após a abertura do imóvel, o local abrigou diversas exposições e atividades relacionadas à temática do patrimônio cultural, como "O Tempo das Construções" (2013), "Hidrofaixas: rios visíveis no Bixiga" (2015), "As Cores do Bixiga" (2017) e "Sesmarias de passarinhos: bens culturais da zona leste de São Paulo" (2018). Todas essas exposições criaram, e ainda criam, discussões que provocam reflexão sobre a Casa de Dona Yaya como um referencial cultural e como patrimônio, identificando grupos com que o bem se relaciona e como.

Essas múltiplas interpretações se manifestam nos grupos de visitantes que vão à casa: os profissionais de história e patrimônio, os moradores do bairro e da cidade, o público espontâneo, os grupos ativistas e a própria universidade. Isso suscita uma questão importante: com quais grupos sociais esse bem se relaciona? O Centro de Preservação Cultural da USP adquiriu um caráter híbrido que oscila entre diversos tipos institucionais, seja como órgão de preservação e de cultura e extensão, seja como sítio patrimonial e lugar de memória. Em 2004, o CPC recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Iphan na categoria Preservação do Patrimônio Cultural¹⁰. A Casa de Dona Yayá é um local de disputas de memórias, e todos esses aspectos diferem muito da instituição casa-museu, portanto as questões são tratadas em momentos e com prioridades distintas.

9. CONCLUSÃO

O artigo uniu as principais discussões em torno da Casa de Dona Yayá até chegar ao seu programa atual. Foram levantadas questões sobre a construção da memória, modos de morar e estudos sobre formas de preservação de residências e lugares de memória. Assim, amplia-se o debate sobre as diversas expressões de habitabilidade, bem como sobre os processos de conservação e intervenção que ocorreram nesse local, feitos em conjunto com uma análise do programa expográfico e dos objetivos do Centro de Preservação Cultural da USP, ao lidar com uma abordagem tão complexa de memórias e expectativas sociais ao ocupar o imóvel.

Percebe-se as dificuldades de ocupar um bem tombado e promover novos usos relacionados ao patrimônio cultural que lida com questões ainda pouco discutidas, como gênero e saúde mental. Assim, investigamos como todas essas questões são tratadas atualmente tendo a casa como suporte, e quais são seus desafios em relação à universidade, ao patrimônio ou ao contexto urbano.

NOTAS

1. EM cárcere privado. E o dr. Adalberto? Que fim levou?. O Parafuso. São Paulo, n. 241, mar. 1921. Disponível em: <www.cemm-musc.com.br/conteudos/jornal-o-parafuso.html>. Acesso em: 27 mar. 2018.
2. Do documento da hipoteca de João Guerra em 1918 (RODRIGUES, 1999).
3. Do documento da hipoteca de João Guerra em 1918 (RODRIGUES, 1999).
4. Da escritura de venda e compra. 6º tabelião. Livro 257, fls 28, de 18/9/1923 (RODRIGUES, 1999).
5. LANNA, Ana Lucia Duarte. Retratos de época mostram o papel das mulheres no início do século XX. USP Notícias Cultura, São Paulo, 24 maio 2005.
6. O chalé de tijolos do primeiro proprietário do imóvel, José Maria Talon; os murais nos estilos *art nouveau* de João Marques Guerra, que ocupou em 1902; e as paredes brancas em pintura esmalte-claro do período que Yayá habitou a casa, a partir de 1920.
7. Portas e janelas que não abriam pelo lado de dentro, conforme recomendação do Dr. Juliano Moreira.
8. Entrevista com Gabriel Fernandes realizada no dia 08 de abril de 2018 na Casa de Dona Yayá.
9. Divulgação do evento pelo site <agencia.fapesp.br/a-mulher-na-literatura-de-cordel/27276/>.
10. A categoria de Preservação do Patrimônio Cultural visa "ações, projetos ou programas destinados a dar suporte à preservação material ou proteção legal-administrativa de acervos culturais" (MENDES, 2004, p.6).

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. **Planta da cidade de São Paulo de 1881**. Disponível em: <www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1881.htm>. Acesso em: maio 2018.
- CAMPOS, Eudes. Chalés Paulistanos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 1. p. 47-108, jan./jun. 2008.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870–1920**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTRO, Ana; FELDMAN, Sarah. **Vila Iitororó: uma história em três atos**. São Paulo: Instituto Pedra, 2017.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 18, p. 121-144, ago. 1989.
- EM cárcere privado. E o dr. Adalberto? Que fim levou?. **O Parafuso**. São Paulo, n.241, mar. 1921. Disponível em: <www.cemm-musc.com.br/conteudos/jornal-o-parafuso.html>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- FONTENELE, Sabrina. **A Casa de Dona Yayá: registros de suas domesticidades no centro de preservação cultural da USP**. In: LIRA, José Tavares Correia de; NASCIMENTO, Flávia Brito de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e RUBINO, Silvana Barbosa (orgs.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Edusp, 2017. p. 95-111.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FREHSE, Fraya. **A casa de Dona Yayá**. Comissão de Patrimônio Cultural da USP. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 1999.
- GOULART, Nestor. Memória CPC: Depoimento do professor Nestor Goulart Reis Filho. **Revista CPC**, São Paulo, n. 20, p. 261–280, dez. 2015. Disponível em: <www.usp.br/cpc>.
- HEYDEN, Hilde. *Modernity and Domesticity: tensions and contradictions*. In: _____; BAYDAR, Gülsüm. **Negotiating domesticity: spatial productions of gender in modern architecture**. Londres: Psychology Press, 2005.
- LANNA, Ana; PRATA, J. M. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá: questões de gestão de um patrimônio cultural.

- Revista CPC**, São Paulo, n. 1, nov. 2005/ abr. 2006.
Disponível em: <www.usp.br/cpc>.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. Retratos de época mostram o papel das mulheres no início do século XX. **USP Notícias Cultura**, São Paulo, 24 maio 2005.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. Depoimento: memória CPC Maria Cecília França Lourenço. **Revista CPC**, São Paulo, n. 23, p. 284-294, jan./ jul. 2017. Disponível em: <www.usp.br/cpc>.
- MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather**: race, gender and sexuality in the colonial contest. Londres: Routledge, 1995.
- MENDES, Graça. Categoria Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade para ações de preservação do patrimônio cultural**, p. 06-09, 2004. Disponível em: <portal.iphan.gov.br>.
- PEREIRA, José Hermes Martins; PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Educação Patrimonial no Centro de Preservação Cultural — Casa de Dona Yayá: Balanço e Novos Desafios. **Revista de Cultura e Extensão da USP**, v. 5, p. 38-42, maio 2011.
- RODRIGUES, Marly. A Casa de Dona Yayá. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). **A Casa de Dona Yayá**. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. Nas casas 37, personagem e domesticidades. In: LIRA, José Tavares Correia de; NASCIMENTO, Flávia Brito do; SILVA, Joana Mello de Carvalho; RUBINO, Silvana Barbosa (orgs.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Edusp, 2017.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Morar brasileiro**: Impressões e nexos atuais da casa e do espaço doméstico. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.169/5220>. Acesso em: jun. 2018.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo. In: **Revista Remate de Males**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 271-281, jul./ dez. 2009.
- VAQUINHAS, Irene. **Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história**. MIDAS [online], 3, 2014. Disponível em <midas.revues.org/603>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- VAZ, Mariana. **Belvedere**: Instalação site specific. 2013. Disponível em: <marianavaz.art.br/2016/09/08/belvedere/>. Acesso em: maio 2018.

ENTREVISTAS

- FERNANDES, Gabriel. Entrevista concedida a Thays Teixeira Guimarães em 08 abr. 2018.
- RODRIGUES, Marly. Entrevista concedida a Thays Teixeira Guimarães em 07 abr. 2018.

SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual de Campinas, bolsista pela Fundação para o Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
thays.guimaraes.tge@gmail.com